

TRABALHO INFANTIL E ESCOLARIZAÇÃO: DADOS DO ESTUDO LONGITUDINAL DOS NASCIDOS EM 1982, EM PELOTAS (RS)

RADMANN, Francine T. Bast

FaE/UFPeI – francine_bast@hotmail.com

DAMIANI, Magda Floriana

PPGE/FaE/UFPeI – magda@ufpel.tche.br

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar alguns aspectos relativos ao trabalho infantil e suas relações com o desempenho escolar em uma amostra de adolescentes do “Estudo Longitudinal das Crianças Nascidas em 1982, na cidade de Pelotas/RS”¹, pesquisa que envolve 5.914 participantes. O trabalho aqui apresentado integra o subprojeto: “Acompanhamento Educacional”² (DAMIANI, 2006; BAST e DAMIANI 2008; RADMANN e DAMIANI, 2010) desse Estudo Longitudinal.

O UNICEF³ (Fundo das Nações Unidas para a Infância) define trabalho infantil como aquele realizado por crianças com menos de 12 anos de idade, em quaisquer atividades econômicas, ou qualquer trabalho realizado entre 12 e 14 anos que não seja leve. A Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴, por seu turno, fixou em 16 anos a idade mínima para o trabalho, bem como a Constituição Federal do Brasil de 1988, embora esta admita também o trabalho a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2004, no contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, 11,8% trabalhavam: 1,5% no grupo de 5 a 9 anos e 10,1% no de 10 a 14 anos. O percentual era maior entre as crianças e adolescentes do sexo masculino: na faixa entre 5 e 17 anos: 15,3% eram meninos e 8,1% meninas. Em 2008, os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelaram que 10,2% da população de 5 a 17 anos de idade e 3,3% das crianças de 5 a 13 anos estava trabalhando, percentuais que indicam uma tendência à diminuição do trabalho infantil no país.

O trabalho infantil é um assunto que demanda muitas discussões, como se pode perceber na literatura, especialmente a que se refere a aspectos educacionais. Kassouf (1999, 2002, 2007), a partir de ampla revisão teórica, aponta, entre outras causas do trabalho infantil, a pobreza, fazer parte de uma família numerosa e residir em zona rural. Segundo a autora, nem todos os pesquisadores consideram o trabalho como prejudicial, admitindo que ele possa também permitir que as crianças estudem, pois as torna capazes de cobrir os custos de sua educação. Há também quem afirme que o trabalho pode elevar o nível de capital humano das crianças, por meio das aprendizagens que possibilita. No entanto, a maioria dos pesquisadores parece concordar com a visão de que o trabalho infantil impede o desenvolvimento educacional e do capital humano. Bezerra (2006), utilizando dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), também argumenta que o trabalho infantil, principalmente fora do domicílio e durante longas horas, prejudica o

¹ Mais informações e trabalhos publicados podem ser encontrados em: www.epidemiologia-ufpel.org.br.

² Financiamentos do CNPq (auxílio-pesquisa e bolsas de iniciação científica e de produtividade).

³ www.unicef.org

⁴ www.oitbrasil.org.br

desempenho escolar.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Os dados são oriundos de um questionário aplicado em 1995, quando os sujeitos tinham, em média, 13,1 anos de idade. Pretendia-se entrevistar 1.100 sujeitos (20% do total), mas foram contatados apenas 721, com 30,1% de perdas (fato comum em estudos desse tipo e que se constitui em um de seus pontos fracos). Os aspectos do trabalho infantil em Pelotas, em 1995, são descritos em termos das características pessoais e familiares dos adolescentes trabalhadores e relacionando essa atividade com o seu desempenho escolar. As freqüências das variáveis e as análises quantitativas (bi e multivariadas) apresentadas foram realizadas com o auxílio do programa *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) for Windows*.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os entrevistados, 102 (14,1%) haviam trabalhado no último ano, não incluindo os 12 que disseram ter trabalhado por roupas, comida ou presentes. Dos 114 que trabalharam (incluindo os que não receberam dinheiro), 62 (54,4%) o fizeram com pai ou outro parente. A maioria (do total de 102) iniciou com 11 (n=29 ou 28,4%) ou 12 anos (n= 46 ou 45,1%) e 10,7% (n=11) com idade entre 7 e 9 anos. Observou-se um alto percentual de adolescentes que alegou ter iniciado a trabalhar por vontade própria (n= 66 ou 64,7%), enquanto 28 (27,5%) declararam que o fizeram para ajudar a família. Setenta e cinco (73,5%) gastam tudo o que ganham consigo próprios, enquanto 23 (22,5%) dividem os ganhos com a família. Apenas 4 (3,9%) dão tudo o que recebem para as suas famílias. Outros dados pessoais, familiares e escolares dos adolescentes trabalhadores, comparados com os do grupo que não trabalhou, podem ser observados na Tabela 1.

Variáveis		Adolescentes trabalhadores	Adolescentes não trabalhadores	P*
Sexo	Masc	71 (69,6%)	285 (4%)	<0,000
Renda familiar (ao nascer, em salários mínimos)	<=1	28 (27,7%)	102 (16,5%)	<0,005
	1.1- 3	55 (54,5%)	306 (49,6%)	
	3.1- 6	12 (11,9%)	128 (20,7%)	
	> 6	6 (5,9%)	81 (13,1%)	
Número de irmãos (1995)	0	5 (4,9%)	64 (10,3%)	<0,05
	1	35 (34,3%)	242 (39,1%)	
	2	26 (25,5%)	174 (28,1%)	
	>= 3	36 (35,3%)	139 (22,5%)	
Estudou em 1995		95 (93,1%)	607 (98,1%)	<0,05
Reprovado alguma vez (até 1995)		62 (60,8%)	262 (42,3%)	<0,005
Repetiu 2 vezes ou + (até 1995)		19 (19,8%)	76 (12,7%)	<0,05
Fez recuperação (até 1995)		68 (66,7%)	345 (56,1%)	<0,05
Total		102 (100%)	619 (100%)	

Tabela 1 – Comparações entre os sujeitos que trabalharam e o total de entrevistados

* teste qui-quadrado.

O grupo dos trabalhadores inclui mais adolescentes que: a) são do sexo masculino; b) têm renda familiar mais baixa; c) têm maior número de irmãos (sendo o número de filhos únicos bem menor); d) estavam fora da escola em 1995; e) foram reprovados duas ou mais vezes; e f) ficaram em recuperação mais vezes, do que o grupo dos que não trabalharam (comparações feitas por meio do teste de qui-

quadrado, unicaudal, que revelou diferenças estatisticamente significativas nas análises bi-variadas). Embora se verifique uma relação significativa entre trabalhar e ter sido reprovado (Tabela 1), em análise multivariada (regressão logística), tal relação perde a significância estatística. Nessa análise posterior, controlaram-se os efeitos das variáveis sexo do sujeito, renda familiar e número de irmãos – aspectos também associados ao fracasso (DAMIANI, 2006) – sobre a relação entre trabalho infantil e desempenho escolar. Como os efeitos das outras variáveis estudadas permanecem significativos, pode-se pensar que a relação entre trabalho e reprovação ocorre a partir delas, que são significativamente associadas ao trabalho infantil (Tabela 1), embora o conjunto de variáveis estudadas esteja longe de esgotar o rol de influências sobre o desempenho escolar.

4 CONCLUSÕES

Embora os dados analisados neste trabalho sejam de 1995, considera-se que são importantes, por serem gerados em uma pesquisa de base populacional. Como o trabalho infantil ainda existe em Pelotas, analisar seu papel sobre o desempenho escolar é tarefa relevante, pois o fracasso escolar é um fenômeno que traz prejuízos ao nosso sistema educacional, sem contar que funciona como fator de exclusão social (NOGUEIRA, ROMANELLI e ZAGO, 2003; MARCHESI e GIL, 2004; DAMIANI, 2006; ZAGO, 2010) e, portanto, necessita ser combatido. Observa-se que a prevalência de trabalho infantil na cidade, em 1995, era elevada (embora a comparação direta seja impossível, pela disparidade de formas de medida e de época em que foram medidos). Os resultados do presente estudo confirmam os achados de pesquisas anteriores (KASSOUF, 1999, 2002, 2007), ao mostrar a associação entre trabalho infantil e sexo masculino, pobreza e famílias numerosas. Em relação ao desempenho escolar, no entanto, há discordância em relação à Kassouf (2007) e Bezerra (2006), pois no Estudo Longitudinal de Pelotas essa relação não foi verificada, quando se controlou o efeito do sexo do adolescente, da renda familiar e do número de irmãos sobre o fracasso escolar. Talvez a ocorrência de um alto percentual de crianças que trabalhavam com suas famílias – fator que, segundo Bezerra (2006), ameniza o prejuízo causado pelo trabalho infantil, tenha afetado esse resultado. A ausência de efeito do trabalho sobre a reprovação também poderia ser explicada pelo fato de haver um número maior de adolescentes que alegaram trabalhar por vontade própria e não por necessidade e que gastam o que ganham consigo próprios, ao invés de auxiliar monetariamente suas famílias. Talvez esses fatores indiquem que o trabalho infantil em Pelotas não está associado à pobreza extrema e, por isso, não afeta o desempenho escolar, podendo esses resultados, inclusive, reforçar a hipótese do trabalho infantil como fator de proteção das crianças quanto à escolarização. No entanto, tais resultados devem ser analisados com cautela, devido ao alto percentual de perdas verificado no acompanhamento de 1995. Esses resultados necessitam ser investigados com mais profundidade, por meio de pesquisas qualitativas, que tenham o poder de explicar os processos envolvidos no trabalho infantil e não se limitem a mapear fenômenos e quantificá-los. Este mapeamento e essa quantificação, no entanto, devem ser considerados importantes, pois são ricos pontos de partida para estudar o trabalho infantil e suas consequências.

5 REFERÊNCIAS

BAST, Francine T., DAMIANI, Magda F. Evolução dos índices de reprovação escolar em uma cidade gaúcha. In: **VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA**

REGIÃO SUL ANPED-SUL. Itajaí/SC, 22 a 25/06/2008. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – Pesquisa em educação e inserção social. Itajaí/SC: UNIVALI, 2008. p. 1 – 8.

BEZERRA, Marcio Eduardo Garcia. **O trabalho infantil afeta o desempenho escolar no Brasil?** 10/05/2006. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). USP. 17/03/2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-09052006-161508/>> Acesso em 09/06/2010

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

DAMIANI, Magda F. Discurso pedagógico e fracasso escolar. In: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** Rio de Janeiro. v. 14 n. 53, 457- 478, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989 **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 2004** – Disponível em:<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm> Acesso em 10/08/2010.

KASSOUF, Ana Lúcia. **Trabalho infantil no Brasil.** Tese (Livre Docência) – USP, Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ, 1999.

_____. **Aspectos socioeconômicos do trabalho infantil no Brasil.** Min. da Justiça, Séc. de Estado dos Direitos Humanos. Brasília, 2002. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br/pdf/teseldrevisado.pdf> Acesso em: 21/06/2010.

_____. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, 1-28. 2007. Disponível em <www.scielo.br> Acesso em: 05/08/2010.

MARCHESI, A. e GIL, C.H. (Orgs.) **Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

NOGUEIRA, M.A, ROMANELLI, G., ZAGO, N. (orgs). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas populares e médias.** 2.ed.Petrópolis: Vozes, 2003.

RADMANN, Francine T. Bast; DAMIANI, Magda F. Reprovação e aspectos da vida escolar. In: **VIII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL ANPED-SUL.** Londrina/PR, 18 a 21/07/2010. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul Anped - Sul. Londrina/PR: UEL, 2010. p. 1 – 12.

ZAGO, N. O fracasso no contexto da relação família-escola. In: **XV ENDIPE – ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO.** Belo Horizonte/MG, 20 a 23/04/2010 – Coleção didática e prática de ensino – Escola, família e comunidade: convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.663-682.